

FNE EXIGE INTERVENÇÃO DO PRIMEIRO-MINISTRO PARA NEGOCIAÇÃO DA CONCLUSÃO DO ECD

Na sua intervenção de encerramento dos trabalhos do IV Congresso, Manuela Teixeira anunciou que vai solicitar um encontro com o Primeiro-Ministro, no sentido de obter a sua intervenção, para conseguir que seja desbloqueado o impasse a que se chegou nas negociações com o Ministério da Educação, em termos de conclusão da regulamentação do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 55º.

A Secretária-Geral da FNE reafirmou, a propósito, a sua esperança nos bons ofícios do Primeiro-Ministro, "porque o tenho como um homem de palavra, para além de ter sido num seu Governo que foi assinado connosco o Estatuto da Carreira Docente".

A intervenção da Secretária-Geral foi marcada, logo no início, por um veemente protesto pela ausência de cobertura noticiosa do Congresso por parte da RTP. Talvez, como explicou, por a FNE ter feito o relatório da "inactividade" do Ministério da Educação. A propósito, Manuela Teixeira salientou o interesse manifestado pela totalidade dos grandes órgãos de Comunicação Social, com uma cobertura noticiosa quase permanente, destacando todos os momentos altos que constituíram o Congresso. Garantindo que faria chegar à RTP as conclusões do Congresso, Manuela Teixeira anunciou a sua disponibilidade para a realização de um debate entre si e a Ministra da Educação em qualquer órgão de Comunicação Social.

"Se for para fazer o que tem feito até agora, senhora ministra, não faça mais nada até Outubro" - foi o apelo que Manuela Teixeira lançou da tribuna do Congresso. Ao mesmo tempo, pediu que o Ministério da Educação "deixe respirar as escolas", numa clara manifestação de

desagrado pelo excesso de regulamentação que o Ministério sistematicamente faz chegar às escolas.

Relativamente à FENPROF, após ter sido confrontada com uma notícia publicada num jornal diário, a secretária-geral disse já estar "habituada a que a FENPROF negocie quando a FNE rompe com a ministra. Quando estamos em diálogo acusam-nos de estarmos a trair os professores, mas depois avançam". No final, "o acordo não se fará", concluiu.

Finalmente, centrou a sua atenção no plano de luta que a FNE pretende desencadear, para obter a conclusão da Regulamentação do ECD, com destaque para o artigo 55º - aquele que afinal consubstancia o sentido da Carreira Única -, o qual foi objecto de acordo entre a FNE e o Governo em 1989 e serviu de suporte a toda a articulação do Estatuto.

Manuela Teixeira convidou todos os delegados a prepararem-se para intervirem numa luta dura contra o Governo, na exigência do cumprimento dos compromissos assumidos com os Sindicatos, nomeadamente com a FNE.

Preveniu, os cerca de 800 delegados para a eventualidade de outros sindicatos virem a estabelecer acordos com o Governo, com perda de regalias para os professores. Manuela Teixeira não deixou de vincar que uma greve conjunta de todas as estruturas representativas dos professores surtiria mais efeito do que greves individuais. "Contrariamente à prática da ministra da Educação, optamos pela união. Não pretendemos dividir para reinar, como tem feito a titular da pasta da Educação ao longo deste ano e meio de mandato", disse.

Manuela Teixeira terminaria chamando a atenção para o lema do Congresso, reafirmando a sua convicção de que "um governo só ganha o futuro apostando na educação. Enganam-se, pois, todos quantos pensam que a educação se muda por decreto", frisou.

Por fim, a Secretária-Geral da FNE anunciou aos congressistas a decisão de solicitar a integração da FNE na UGT.

JOÃO PROENÇA CRITICOU FALTA DE DIÁLOGO DO GOVERNO

Na sua intervenção final, o Secretário-Geral da UGT começou por se regozijar com a adesão da FNE à UGT, lembrando que "desse modo o sindicalismo ficará mais forte".

Mais adiante, João Proença criticou "aqueles que querem dirigir a educação em Portugal sem serem capazes de dialogar. Ao recusar o diálogo, recusam algo de fundamental no processo educativo - a capacidade plena de exercerem o seu direito de cidadania, criatividade e participação", observou.

Referindo-se ao desfazamento que disse ser evidente entre a vida activa e a formação escolar, o Secretário-Geral da UGT salientou que "o mais grave é os nossos jovens



pensarem que não vale a pena estudar porque não vão encontrar emprego". João Proença falou ainda de desemprego para recordar que "tem sido uma preocupação dos nossos governos controlar a inflação, esquecendo os problemas sociais com que se debatem as populações. Por isso concluiu, apelando para que "o novo Governo, a sair das eleições de Outubro, qualquer que ele seja, aposte decididamente numa política de concertação estratégica".

Não é possível apresentar o relatório das actividades desenvolvidas pela FNE ao longo destes três anos sem, de algum modo, apresentar o relatório da inactividade do Ministério da Educação no último ano e meio.

Se os colegas bem se recordam, o último Congresso coincidiu, praticamente, com o início do mandato do Eng^o Couto dos Santos como Ministro da Educação.

Foi com o Ministro Couto dos Santos que se conseguiu uma regulamentação da candidatura ao 8^o escalão sem limitação de vagas

Apesar de muitas críticas que outros lhe dirigiram, nós fazemos do seu mandato uma apreciação globalmente positiva.

De facto, foi possível estabelecer com o Ministro Couto dos Santos um relacionamento comercial muito correcto e se, frequentemente, estivemos em desacordo, importa enfatizar que com ele se desbloquearam negociações paralisadas há mais de dois anos. De entre elas urge reconhecer o modo como foi regulamentada a candidatura de acesso ao oitavo escalão, onde se afastou, de vez, a tentativa de introdução de numerus clausus para acesso ao topo da carreira. Se hoje podemos admitir que se reveja essa regulamentação - designadamente, encontrando alternativas ao trabalho de índole educacional - não pode ignorar-se como a regulamentação que foi feita permitiu afastar quaisquer regras que levassem a uma limitação de vagas, expressa ou encapotada, limitação com que os nossos adversários sindicais tanto esgrimiram...

Também com Couto dos Santos foi possível estabelecer outros importantes acordos como o que conduziu à correcção de múltiplas distorções constantes da Portaria relativa à recuperação do tempo de serviço docente. Se a nova Portaria não resolve todos os problemas é verdade que é bem melhor do que a anterior.

Celebrámos com a equipa liderada por Couto dos Santos três importantes acordos - em 29 de Abril e 7 de Julho de 1992 e em 21 de Julho c'e



DENÚNCIA DA INACÇÃO DE MANUELA FERREIRA LEITE NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

- acusou Manuela Teixeira na sua intervenção inicial

1993 -, todos eles traduzidos em textos legais, como se recorda no relatório que vos foi distribuído.

Manuela Ferreira Leite veio interromper um processo comercial relevante

A sua substituição em Dezembro de 1993, pela Ministra Ferreira Leite, veio interromper um processo comercial relevante e deixar por regulamentar tudo o que, ainda, faltava.

De facto, a partir da tomada de posse da nova Ministra não foi possível estabelecer acordo sobre nenhuma matéria.

(Continua na pág. 6)

Continuação da pág. 5

INTERVENÇÃO DA SECRETÁRIA-GERAL NA ABERTURA DO CONGRESSO

Atrevo-me mesmo a dizer que o que ficará do seu mandato é a imagem de um governante que governou contra os professores, contra os alunos, e, sobretudo, contra a educação.

Convencendo-se de que só ela sabe o que é bom para o país, ignorando que nenhuma mudança significativa se opera por decreto mas que, pelo contrário, há-de contar com o empenhamento daqueles a quem compete executá-la, a actual Ministra da Educação tem desbaratado todo o esforço sincero dos professores e das escolas no sentido de dar resposta às novas exigências que cada dia se colocam no campo da educação

As provas da ineficácia da actual Ministra da Educação

De facto,

- o modo como condenou na opinião pública, sem processo, os professores que elaboraram, no ano passado, as provas do 12º ano,

- as alterações atrabiliárias que introduziu ao processo de avaliação dos alunos,

- a incapacidade com que enfrentou a colocação do pessoal auxiliar nas escolas, no início deste ano,

- o modo como dirige centralizadamente, e sem competência técnica, as escolas a partir do seu Gabinete,

- a maneira como recusa discutir algumas questões, como é o caso das carreiras do ensino superior,

- o ritmo que imprime à resolução de problemas de gritante injustiça, como foi o caso ocorrido com os estabelecimentos de educação pré-escolar e como é o caso, ainda actual dos salários dos professores de portugueses no estrangeiro - que têm em 1995 um salário líquido nominal inferior ao que auferiam em 1993;



- o estilo com que se relaciona com as organizações sindicais representativas dos trabalhadores da educação,

são, apenas, alguns indicadores de um modo de governação autista, desligado de toda a relação normal com a sociedade civil, com os cidadãos que são, afinal, quem legitima qualquer governo em democracia.

Desde que tomou posse, a Ministra Ferreira Leite recebeu o Secretariado da FNE seis vezes; em muitas dessas reuniões a senhora Ministra prometeu resolver vários problemas ou ir ponderar algumas das nossas propostas mas em nenhuma delas se chegou a qualquer acordo substantivo nem qualquer das suas promessas foi concretizada.

A ausência de resultados não se deve a falta de propostas da Federação mas à total incapacidade da Ministra de compreender ou de aceitar as nossas perspectivas.

É, pois, relativamente fraco o resultado da acção reivindicativa da FNE no último ano e meio; foi este, contudo, um dos períodos em que mais aprofundadamente fundamentámos as nossas propostas, convencidos como estávamos de que a força da nossa razão podia triunfar sobre a obstinação ministerial.

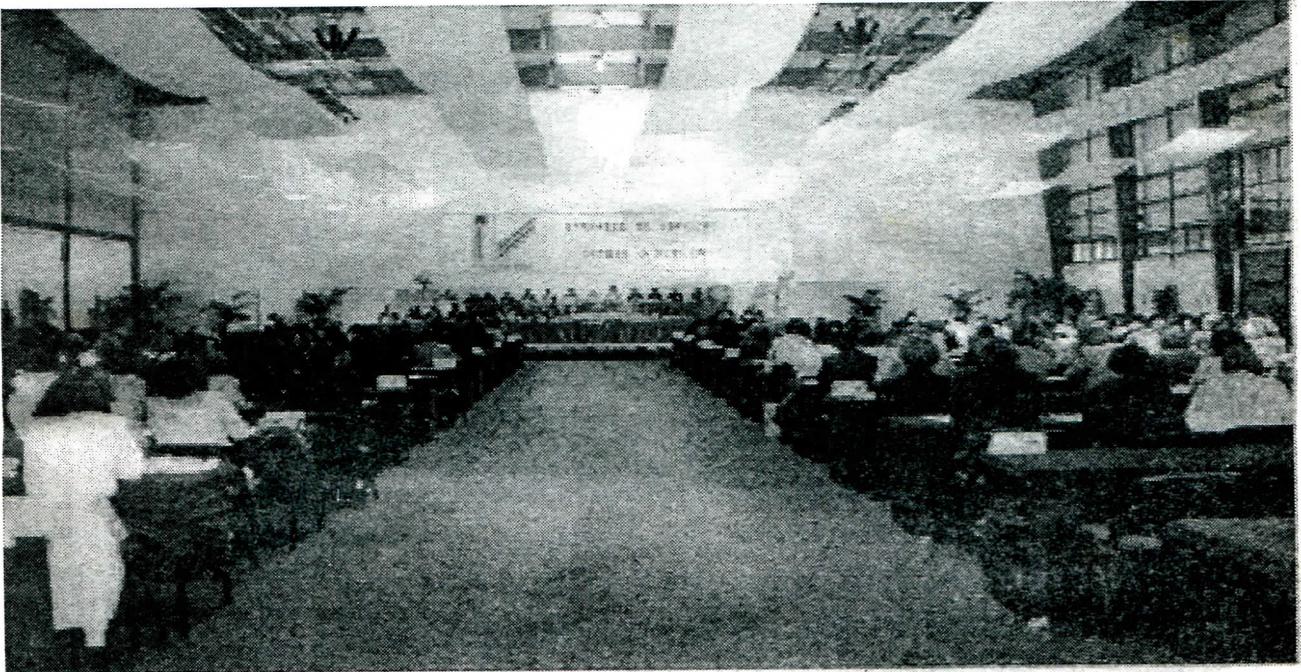
Este foi, também, um período marcado por uma grave crise económica que conduziu a reduções salariais significativas ao nível da Administração Pública e em que a situação salarial dos trabalhadores ao serviço das Instituições Privadas de Solidariedade Social se agravaram uma vez que a Portaria de Regulamentação de Trabalho não é revista desde 1985.

(Continua na pág. 7)

Continuação da pág. 6

INTERVENÇÃO DA SECRETÁRIA- -GERAL NA ABERTURA DO CONGRESSO

O alargamento da rede do pré-escolar recentemente anunciada não garante, nem a qualidade do serviço prestado, nem a equiparação das carreiras destes educadores com os da rede



Deve assinalar-se que a recente medida anunciada de alargamento da rede da educação pré-escolar por colaboração com entidades privadas não acautela a equiparação de carreiras dos educadores de infância e dos outros trabalhadores da educação com as dos seus congéneres da rede pública podendo conduzir a uma grave proletarização de profissionais qualificados. Por isso esta medida, apesar de elementos positivos que, inegavelmente, encerra, nos merece as maiores reservas.

Caros colegas congressistas, chegamos a este Congresso com a consciência do dever cumprido.

O esforço que fizemos ao nível da formação de professores - que tem o seu ponto mais alto na criação e consolidação do ISET -, os colóquios e seminários que organizamos, a denúncia que fizemos de todas as situações de desvio da política educativa, as lutas que empreendemos, as propostas que elaboramos e os

acordos que fizemos com a equipa anterior vêm descritos no relatório que vos foi oportunamente enviado. Em todos os momentos procuramos defender os trabalhadores que representamos, apoiar o desenvolvimento de uma educação de qualidade, servir o país, honrando o mandato que nos confia. A vós compete, agora, apreciar o trabalho que realizamos: suscitar questões, esclarecer dúvidas e, em definitivo, julgar a acção que desenvolvemos neste triénio já que foi em vosso nome que conduzimos a FNE no triénio que agora se encerra. Para concluir, apenas, queria deixar clara a nossa atitude de espírito. Não nos sentimos desanimados com a falta de respostas por parte do Ministério da Educação. Temos bem consciência de que o movimento sindical é feito de propostas, de negociações e, também, de lutas.

Os Ministros passam e o Movimento Sindical permanece quando sabe ser fiel aos ideais que estiveram na sua origem.